501

PreviSinop
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP/MT

CONCURSO PÚBLICO

PREVISINOP - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - MT

EDITAL N.º 001/2024

ADVOGADO

Duração: 3h (três horas)
Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:
a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS			CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	
1 a 5	6 a 10	11 a15	16 a 40

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo Coordenador do local.

07 **Só será permitido ao candidato levar os Cadernos de Provas, a partir de 2 (duas) horas após o início das provas.**

08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

Um país que não sabe contar

Sabe-se há décadas que a educação nacional, em todas as áreas, não é das melhores. Do ensino infantil à pós-graduação, o sistema educacional brasileiro patina desastrosamente, como comprovam, de tempos em tempos, as avaliações feitas com nossos estudantes. Um desses testes internacionais, o TIMSS (*Trends in International Mathematics and Science Study*, ou Tendências em Estudos Internacionais de Matemática e Ciências), cujos resultados relativos a 2023 foram divulgados este mês, colocou o país entre os piores do mundo quando o assunto é matemática.

O TIMSS avalia estudantes do 4º e do 8º ano do ensino fundamental de mais de 50 países. No exame de matemática para estudantes do 4º ano do ensino fundamental, o Brasil terminou na 55ª posição entre 58 países, atrás de nações como Irã e Uzbequistão. Do total de alunos avaliados, apenas 49% atingiram 400 pontos, patamar de quem consegue somar e subtrair números de até três dígitos e aplicar conceitos iniciais de geometria. Os outros 51% não foram capazes de atingir esse nível. A média internacional foi de 503 pontos.

Pior ainda foi o desempenho dos estudantes brasileiros do 8º ano do ensino fundamental. O Brasil ficou no penúltimo lugar, só ultrapassando Marrocos, com 378 pontos e atrás de países como Irã, África do Sul e Malásia. A média internacional foi de 478 pontos. A proficiência dos alunos em ciências também foi avaliada. Nessa disciplina, o Brasil se saiu um pouco melhor, mas ainda muito atrás no ranking, ficando em 51º, entre 58 países, no 4º ano; e em 33º lugar entre 42 países no 8º ano.

Tamanho desastre não tem uma única causa. Especialistas ouvidos pela *Gazeta do Povo* apontam que há vários fatores envolvidos, incluindo a desmotivação dos próprios pais e familiares em cobrar melhor qualidade no ensino e se envolver diretamente no acompanhamento do que é ensinado às crianças – no Brasil, de acordo com a Constituição, a responsabilidade pela educação é compartilhada pelo Estado e pela família. Mas a família nem de longe é o fator fundamental para o baixo desempenho dos estudantes brasileiros. Esse papel cabe ao Estado e aos governos, que têm se mostrado pouco efetivos na busca por uma educação realmente de qualidade.

Fonte: https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/timss-brasil-matematica-pais-que-nao-sabe-contar/. Acesso em 07/01/2025. Excerto.

1. O objetivo principal do texto é:

A) tecer críticas às famílias brasileiras, que não se interessam pela educação dos filhos
B) divulgar os resultados negativos dos estudantes brasileiros em exames internacionais
C) informar a população sobre o significado do TIMSS (Tendências em Estudos Internacionais de Matemática e Ciências)
D) comparar o Brasil com outros países da América Latina com relação ao aprendizado de português, matemática e ciências

2. "Do ensino infantil à pós-graduação, o sistema educacional brasileiro **patina** desastrosamente, como comprovam, de tempos em tempos, as avaliações feitas com nossos estudantes" (1º parágrafo). Nesse trecho do texto, lê-se que o sistema educacional brasileiro "patina". Com isso, atribui-se uma ação humana a uma entidade que não é humana. Logo, verifica-se o emprego de uma figura de linguagem, que é:

A) hipérbato
B) catacrese
C) metonímia
D) prosopopeia

3. "O TIMSS **avalia** estudantes do 4º e do 8º ano do ensino fundamental de mais de 50 países" (2º parágrafo). Nesse trecho, o verbo em destaque está flexionado no:

A) presente do indicativo
B) presente do subjuntivo
C) pretérito imperfeito do indicativo
D) pretérito imperfeito do subjuntivo

4. "O Brasil ficou no penúltimo **lugar**, só ultrapassando Marrocos, **com** 378 pontos e atrás de países como Irã, África do Sul e Malásia" (3º parágrafo). Nesse trecho, as palavras em destaque são classificadas, respectivamente, como:

A) advérbio e conjunção
B) advérbio e preposição
C) substantivo e conjunção
D) substantivo e preposição

5. "Esse papel cabe ao Estado e aos governos, **que** têm se mostrado pouco efetivos na busca por uma educação realmente de qualidade" (4º parágrafo). A oração introduzida pelo elemento em destaque classifica-se como:

A) assindética
B) adjetiva restritiva
C) adjetiva explicativa
D) substantiva completiva nominal

RACIOCÍNIO LÓGICO

6. Uma empresa ofereceu aos seus 132 funcionários a possibilidade de participação nos planos de saúde **A** ou **B**, sendo possível a participação em ambos. Após todos terem feito suas escolhas, o RH da empresa constatou que todos os funcionários optaram por participar de pelo menos um dos planos e que 36 optaram apenas pelo **Plano A**. Foi constatado ainda, que o número de funcionários que optaram pelo **Plano B** corresponde ao triplo do número de funcionários que optaram por ambos os planos. Portanto, a soma dos algarismos do número que representa a quantidade de funcionários que optaram por participar de ambos os planos é igual a:

A) 4
B) 5
C) 6
D) 7

7. Em um posto de saúde, todas as pessoas atendidas são identificadas por uma sequência formada por duas letras diferentes, seguidas de dois algarismos não necessariamente diferentes. Nessa sequência, são utilizadas apenas as letras **S**, **I**, **N**, **O** e **P** e os algarismos 6, 7, 8 e 9. Nessas condições, o número máximo de pessoas que podem ser identificadas corresponde a:

A) 320
B) 340
C) 360
D) 380

8. Em uma estante, foram colocados 6 livros de Direito Penal e 8 livros de Direito Tributário. Escolhendo-se ao acaso, sem reposição, 3 desses livros, a probabilidade de apenas o segundo livro escolhido ser de Direito Penal é igual a:

A) 1/15
B) 1/13
C) 2/15
D) 2/13

9. A senha de acesso a um arquivo confidencial é um número múltiplo de 9 formado por 6 algarismos, sendo quatro deles iguais a 2, 3, 4 e 7. O maior valor possível para a soma dos outros dois algarismos da senha é:

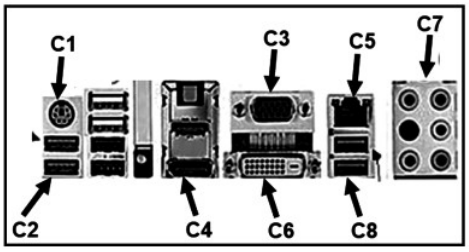
A) 9
B) 10
C) 11
D) 12

10. No fim do expediente em uma sexta-feira, Mariano afirmou: "*Amanhã eu vou dormir até o meio-dia ou não me chamo Mariano!".*
A negação lógica da afirmação de Mariano é a seguinte proposição:

A) Amanhã eu vou dormir até o meio-dia ou me chamo Mariano.
B) Amanhã eu vou dormir até o meio-dia e não me chamo Mariano.
C) Amanhã eu não vou dormir até o meio-dia e me chamo Mariano.
D) Amanhã eu não vou dormir até o meio-dia ou me chamo Mariano.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

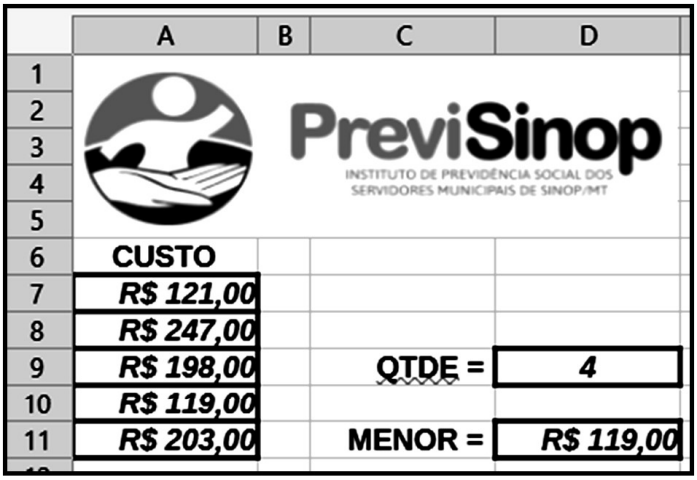
11. No uso dos recursos de um microcomputador Intel com *Windows 11 BR (x64),* há necessidade de se conectar o cabo USB de uma impressora a *laser* e de outro HDMI, objetivando possibilitar a visualização de uma apresentação de *slides* em uma TV. Nesse contexto, a figura abaixo mostra conexões existentes no gabinete dessa máquina.



Os conectores que devem ser empregados nas conexões são, respectivamente:

A) C1 e C4
B) C1 e C5
C) C2 e C4
D) C2 e C5

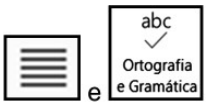
12. A planilha da figura foi criada no *software Calc* da suíte *LibreOffice 24.8.2.1* versão em português, em um notebook Intel com *Windows 11 BR (x64)*.



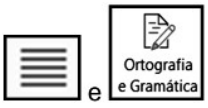
Em D9, foi inserida uma fórmula para determinar a quantidade de valores iguais ou acima de R$121,00 e em D11, outra fórmula para mostrar o menor número dentre todos os números entre A7 e A11. Nesse contexto, as fórmulas inseridas nas células D9 e D11 são, respectivamente:

A) =CONT.SE(A7:A11;">=R$121,00") e =MENOR(A7:A11;1)
B) =CONT.SE(A7:A11;"<= R$121,00") e =MENOR(A7:A11;1)
C) =CONT.SE(A7:A11;">= R$121,00") e =MENOR(A7:A11)
D) =CONT.SE(A7:A11;"<= R$121,00") e =MENOR(A7:A11)

13. Um profissional de nível superior de uma empresa digitou um texto no editor *Word* do pacote *MS Office 2019 BR* em um notebook Intel com *Windows 10 BR (x64)* e realizou três procedimentos. No primeiro, utilizou um recurso para adicionar um toque artístico ao documento, resultando na imagem, incluída no título do texto. Em seguida, selecionou o título do texto e acionou um ícone na Faixa de Opções – guia "Página Inicial", para aplicar alinhamento centralizado. No terceiro e último, posicionou o cursor no início do texto e pressionou outro ícone da mesma Faixa - guia "Revisão", para realizar a verificação e correção ortográfica.
O recurso e os ícones são, respectivamente:

A) FontArt, 

B) FontArt, 

C) WordArt, 

D) WordArt, 

14. Um funcionário da PREVI/SINOP está trabalhando em um microcomputador Intel com *Windows 10 BR* e no momento está acessando a internet por meio do *browser Google Chrome BR*, em uma de suas últimas versões português. Nessa atividade, ele executou um atalho de teclado para verificar o andamento dos *downloads* em execução e os já realizados. Na sequência, para acessar a Área de Trabalho, ele deve executar outro atalho de teclado. Esses atalhos de teclado são, respectivamente:

A) Ctrl + J e logotipo do Windows + T
B) Ctrl + J e logotipo do Windows + D
C) Ctrl + W e logotipo do Windows + T
D) Ctrl + W e logotipo do Windows + D

15. A computação em nuvem está diretamente associada à oferta de serviços sob demanda por meio da internet, incluindo armazenamento de arquivos, redes, *softwares*, bancos de dados, servidores e outros tantos. A característica principal é que esse sistema torna desnecessário salvar arquivos e instalar programas no próprio computador, estando tudo armazenado em servidores das empresas que prestam o serviço, acessíveis aos usuários pela rede mundial de computadores, o que vai permitir a oferta sob demanda, só se pagando por aquilo que, de fato, é consumido. Em consequência, a computação em nuvem permite grande economia, flexibilidade e escalabilidade, entre outros benefícios. Nesse contexto, o *Google* disponibiliza um serviço de armazenamento em nuvem, disponível em planos gratuitos e de assinatura, permitindo que os usuários enviem e armazenem os arquivos na plataforma, podendo acessá-los de qualquer lugar e dispositivo, bastando para isso, ter acesso à internet. O serviço de armazenamento exemplificado é conhecido por *Google*:

A) Meet
B) Drive
C) Teams
D) Dropbox

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Lei Geral de Proteção de Dados tem por escopo regular o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. A proteção do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural é expressamente prevista como objetivo da lei, bem como dos direitos fundamentais à:

A) vida e à intimidade
B) expressão e à segurança
C) liberdade e à privacidade
D) manifestação do pensamento e à igualdade

17. O Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil tipifica uma série de infrações disciplinares que acarretam sanções. A conduta isolada de prestar concurso a clientes ou a terceiros para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la implica na aplicação da seguinte pena:

A) censura
B) exclusão
C) suspensão
D) notificação

18. O Plano de benefícios previdenciários dos servidores públicos e seus dependentes vinculados ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop (PreviSinop) abrange as pessoas distinguidas na forma da lei. Nesse sentido, é um segurado obrigatório do PreviSinop:

A) ocupante, em caráter exclusivo, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação
B) servidor público inativo de órgão da Administração Indireta municipal
C) agente político mandatário de cargo eletivo na esfera municipal
D) empregado de empresa pública municipal

19. A Superintendência Executiva Previdenciária do Instituto de Previdência Social de Sinop (PreviSinop) é um órgão de direção composto por cargos de Superintendente Executivo Previdenciário e Gestor Previdenciário. Ao Gestor Previdenciário, compete:

A) determinar a delegação de competência dos servidores do PreviSinop
B) supervisionar a elaboração do Plano de Capacitação dos servidores e conselheiros do PreviSinop
C) determinar prioridades para as diretrizes orçamentárias e autorizar a proposta do orçamento anual e do Plano Plurianual
D) criar mecanismos de controle nos atos relativos à concessão, à revisão, à suspensão e à cessação de benefício previdenciário

20. Na lógica protecionista que informa o direito trabalhista, o ordenamento jurídico se vale de uma série de princípios para regular as relações de trabalho. No caso concreto, tendo em vista as condições formais, para a análise de reconhecimento do vínculo de emprego ou de trabalho autônomo, sobrepõe-se o princípio da:

A) imperatividade das normas trabalhistas
B) indisponibilidade de direitos
C) primazia da realidade
D) inderrogabilidade

21. A gorjeta figura entre as diversas formas de pagamentos recebidos pelo empregado. Valores que apresentam essa denominação:

A) têm natureza jurídica de salário
B) são considerados remuneração
C) são uma parcela contraprestativa paga pelo empregador ou por terceiro
D) são uma liberalidade concedida em razão do desempenho do trabalhador

22. A transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, gera o dever de pagar imposto. O tributo em questão tem natureza:

A) Real
B) Indireta
C) Extrafiscal
D) Cumulativa

23. Em síntese, o crédito tributário é o valor que o sujeito ativo tem direito a receber do sujeito passivo em razão do não pagamento ou pagamento insuficiente de um tributo. De acordo com o ordenamento jurídico tributário:

A) a constituição do fato gerador do crédito tributário torna líquida, certa e exigível a obrigação tributária
B) o crédito tributário é constituído por meio do procedimento administrativo denominado lançamento
C) o crédito tributário surge exclusivamente em função da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária
D) as circunstâncias que excluem a exigibilidade do crédito tributário afetam a obrigação tributária que lhe deu origem

24. O princípio da legalidade tributária expressa a necessidade de que só através de lei em sentido estrito é possível obter a elevação das alíquotas dos impostos. Esse imperativo se aplica para a seguinte exação:

A) imposto de exportação
B) imposto sobre operações financeiras
C) imposto sobre produtos industrializados
D) imposto sobre serviços de qualquer natureza

25. A repartição de receitas tributárias é um mecanismo previsto na Constituição Federal que visa a garantir a autonomia financeira dos entes federativos e corrigir desequilíbrios econômicos entre eles. De acordo com o sistema tributário nacional:

A) as espécies tributárias vinculadas são sujeitas à repartição de receitas
B) é vedada a repartição da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
C) impostos estaduais quando arrecadados pelo Distrito Federal não se sujeitam à repartição de receita
D) a repartição constitucional incide sobre as receitas tributárias de União, Estados, Distrito Federal e Municípios

26. O Código de Processo Civil determina que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições do Código. Neste, há determinadas normas que consistem em cópias de artigos da Constituição. Nesses termos, uma vez identificada a transgressão a esse tipo específico de norma constante do Código em causa decidida em única ou última instância, enseja-se a interposição da seguinte peça processual:

A) recurso especial
B) recurso extraordinário
C) mandado de segurança
D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão

27. Para que o processo não se perpetue no tempo, a própria lei estabelece prazos para a prática dos atos. Quanto às características dos prazos processuais, de acordo com o previsto no Código de Processo Civil:

A) a ocorrência do fenômeno da preclusão, com a produção dos seus efeitos, depende de declaração judicial
B) os prazos processuais preclusivos que competem aos juízes e ao Ministério Público são classificados como próprios
C) decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, operando-se, nessa circunstância, a preclusão lógica
D) demonstrada a existência de evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato, o juiz permitirá a prática do ato no prazo que lhe assinar

28. As cartas são meios de comunicação entre diferentes órgãos jurisdicionais, que se voltam à prática de atos processuais que devam ser realizados fora dos limites da jurisdição ou competência do órgão solicitante. Na ordem processual civil brasileira:

A) a carta de ordem é um instrumento processual pelo qual uma autoridade judiciária determina à outra, hierarquicamente inferior, a prática de determinado ato processual, material necessário à continuação do processo que se encontra tramitando em órgão superior
B) a carta rogatória é utilizada para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária, formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa
C) a carta arbitral é um instrumento de comunicação entre o Poder Judiciário e os tribunais arbitrais e câmaras de mediação, utilizado para permitir que os árbitros e mediadores solicitem ao sistema judiciário a execução de medidas coercitivas ou cautelares
D) a carta de cobrança é um instrumento formalizado pela via judicial em que o juiz encaminha ao devedor a comunicação quanto à existência de dívida e solicita o pagamento

29. A nulidade processual é um defeito que compromete a validade de um ato jurídico, ocorrendo quando um procedimento não respeita a lei. No que diz respeito aos vícios processuais que atingem os atos, é convencionado que:

A) a nulidade absoluta é decretada independentemente da existência de prejuízo às partes
B) as nulidades são impostas em observância do interesse público e podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz
C) os atos anteriores ao ato defeituoso de reconhecida nulidade são atingidos pela pronúncia de invalidade
D) há efeito expansivo da nulidade quando há um ato interligado a outro, de modo que a nulidade dele prejudique os posteriores que dele dependam

30. Requisito da petição inicial, o pedido é a conclusão lógica da exposição das questões de fato e de direito pelo autor. Com relação a esse elemento da peça inaugural do processo:

A) é indispensável que, para a condenação do réu em honorários, o pedido seja feito expressamente
B) é admitida a formulação de pedido genérico nas ações universais, se não puder o autor individuar os bens demandados
C) é ilícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior
D) é vedada a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão

31. A obrigação de dar é uma obrigação do direito civil que consiste na entrega de uma coisa móvel ou imóvel pelo devedor ao credor. Para o direito das obrigações:

A) a obrigação de dar coisa incerta tem como objeto um bem substancialmente indeterminável
B) a locação e o comodato são exemplos de obrigação de dar coisa certa, da espécie de obrigação de restituir
C) deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu
D) a perda fortuita do objeto da obrigação de dar coisa certa, antes da tradição, extingue a obrigação, mas o dever de reparação pela perda e danos permanece

32. A Constituição Federal confere aos entes políticos autonomia para escolher o meio pelo qual prestarão os serviços públicos designados pelo constituinte. Uma técnica de organização administrativa que visa a tornar a prestação de serviços mais eficiente e ágil é a desconcentração. Essa forma de organização administrativa:

A) resulta na situação em que a atividade administrativa é exercida diretamente pelo próprio Estado, ou seja, pelo conjunto de órgãos que lhe compõe por meio dos entes que constituem a administração pública direta
B) é realizada mediante a transferência da execução da atividade administrativa por meio de contrato ou ato administrativo unilateral para pessoa jurídica de direito privado
C) envolve a distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica, que resulta na criação de órgãos públicos com competências determinadas
D) é um modelo de gestão administrativa em que o poder central transfere atribuições a órgãos específicos, que são dotados de personalidade jurídica própria

33. A administração pública indireta é composta de entidades que são responsáveis pela execução de atividades administrativas que necessitam ser desenvolvidas de forma descentralizadas. É uma característica comum aos entes da administração indireta:

A) necessidade de lei específica para autorizar a sua criação
B) apresentação de personalidade jurídica própria apartada dos entes federativos responsáveis pela sua criação
C) o Controle hierárquico exercido pelo ente da Administração Direta, no que tange ao cumprimento de suas atividades
D) são integrados por entidades com natureza jurídica de direito público com finalidade específica de interesse público definida na lei de criação

34. Os órgãos públicos são repartições internas e instrumentos de ação do Estado. Com relação à capacidade processual do órgão público:

A) todo órgão público possui capacidade judiciária, embora não apresentem personalidade jurídica, podendo, assim, atuar em juízo
B) as assembleias legislativas são órgãos que apresentam capacidade de atuar em juízo de forma ampla, em qualquer situação
C) Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas são exemplos de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, mas que podem ser parte
D) em regra, o órgão público possui capacidade processual para demandar ou ser demandado em Juízo, pois o art. 70 do código de processo atribui capacidade processual à pessoa jurídica que se encontre no exercício de seus direitos

35. O princípio da legalidade está expressamente citado entre os preceitos que a Administração Pública deve obediência. De acordo com o entendimento corrente no ordenamento jurídico brasileiro:

A) o princípio da legalidade prega a vinculação do administrador à lei de forma mais extensiva que os limites da juridicidade, que exige a submissão da atuação administrativa à lei e ao Direito
B) o princípio da legalidade deve ser reinterpretado a partir do fenômeno da constitucionalização do Direito Administrativo, relativizando-o por meio do conceito de juridicidade
C) o princípio da legalidade, em sentido amplo e negativo, expressa que os atos administrativos só podem ser praticados mediante autorização legal
D) o princípio da legalidade, em sentido estrito e positivo, manifesta a primazia da lei, de modo que atos administrativos não podem contraria-la

36. O ato administrativo é dotado dos atributos de perfeição, de validade e de eficácia. Um contrato administrativo, celebrado sem licitação, fora das hipóteses permitidas pela lei, que foi declarado nulo após três meses de execução, é:

A) imperfeito, válido e ineficaz
B) imperfeito, válido e eficaz
C) perfeito, inválido e eficaz
D) perfeito, válido e eficaz

37. O direito à privacidade é o direito de cada pessoa de proteger a sua vida privada, a sua imagem, a sua honra e a sua intimidade. Na tutela desse direito fundamental, é estabelecido no sistema jurídico brasileiro que:

A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial
B) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas e telegráficas, de dados e da correspondência e salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal
C) o sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico que incide sobre os registros telefônicos, ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, não se revelam oponíveis às Comissões Parlamentares de Inquérito
D) a administração do presídio, ainda que com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, está proibida em qualquer circunstância de interceptar a correspondência que seria dirigida ao preso

38. O Brasil adota a estrutura política republicana em que o poder é exercido por representantes escolhidos pelo povo diretamente. O regime republicano brasileiro:

A) é formado pelos entes União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios
B) é caracterizado pela forma de estado federativo
C) adota a forma de governo presidencialista
D) assume o sistema de governo eleitoral

39. Conforme dita a Constituição Federal, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O direito à educação no ordenamento jurídico brasileiro abriga o seguinte entendimento:

A) a liberdade de cátedra é garantida ao professor que poderá livremente exteriorizar seus ensinamentos aos alunos sem sofrer interferência do órgão estatal competente quanto à fixação do currículo escolar
B) a garantia constitucional da gratuidade de ensino obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização
C) a liberdade de ensino à iniciativa privada é consagrada no texto constitucional, independentemente de concessão, permissão ou autorização
D) apesar de não o prever expressamente, a Constituição Federal proíbe o ensino domiciliar conhecido como *homeschooling*

40. A Constituição de 1988 separou as ordens econômica e social em títulos próprios, de modo a abordar as questões econômicas de forma detalhada e específica. A ordem econômica tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado, entre outros, o seguinte princípio:

A) livre mercado
B) transparência e equilíbrio fiscal
C) garantia da renda mínima ao trabalhador
D) redução das desigualdades regionais e sociais

RASCUNHO